



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680257 - SP (2021/0219779-4)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ELTHON SIECOLA KERSUL - SP291440
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCOS PAULO DE JESUS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCOS PAULO DE JESUS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1502380-41.2020.8.26.0544).

O paciente foi condenado às penas privativa de liberdade de 4 anos e 2 meses de reclusão e de 21 dias-multa em regime inicial fechado, pela prática dos delitos previstos no art. 180, *caput*, do Código Penal e art. 16, § 1º, inciso IV, da Lei n. 10.826/03, em concurso material.

A impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, ao argumento de que a agravante prevista no art. 61, II, *j*, do CP somente deve incidir quando demonstrado o nexo causal entre a calamidade pública e eventual facilitação na execução do crime, o que não ocorreu na hipótese.

Aponta, ainda, ilegalidade na fixação do regime fechado de cumprimento de pena, ao argumento de que o caso posto atrai a incidência da regra prevista no art. 33, § 2º, c, do Código Penal e art. 387, §2º, do Código de Processo Penal, de modo que deve ser fixado o regime prisional semiaberto.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja afastada a agravante genérica prevista no art. 61, II, *j*, do Código Penal e fixado regime diverso do fechado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente